

Como o governo está conseguindo superávits de caixa

JORNAL DA TARDE

Economia - Brasil

O Ministério da Fazenda está mesmo liberando dotações orçamentárias da União para outros ministérios, embora em volume muito abaixo do desejado, confirmou ontem fonte daquela Pasta. Contudo, argumentou que isso faz parte do esforço de gerar superávits de caixa do Tesouro Nacional que possam permitir expansão monetária menor e, em consequência, pressões inflacionárias menos elevadas. Já o Banco Central estabeleceu para este mês o teto de 9,3% para a expansão dos empréstimos bancários ao setor público.

Só estão sendo liberados prioritariamente recursos para o pagamento de pessoal e da dívida externa. Alguns ministérios captam diretamente recursos junto a algumas instituições internacionais, como o Banco Mundial. É o caso, por exemplo, do Ministério da Educação, que mantém alguns programas com recursos originários do Bird. E eles precisam ser pagos sem atraso.

Quanto a recursos para outros custeios de capital, que incluem investimentos e outras aquisições, a Fazenda só os está liberando quando o orçamento permite alguma folga. Já os recursos para os Estados, decorrentes dos Fundos de Participação, e os recursos do Finsocial, também são liberados automaticamente, assegura a fonte do Ministério da Fazenda.

Nada com Andreazza

O Ministério fornece volume global de recursos, e cada administração dá sua destinação. Portanto, insiste a fonte, a denúncia de que a Fazenda estaria promovendo a candidatura do ministro do Interior, Mário Andreazza, não tem consistência.

Com relação a uma recente operação de Cr\$ 200 bilhões para o governo gaúcho, o problema foi outro, explica a fonte. O governo estava devendo a três bancos do Estado — Banrisul, Banesul e BRDE. Esses bancos emprestaram dinheiro ao

Estado com base no que captaram em CDB. Ocorre que eles perderam a capacidade de rolar a dívida do governo e enfrentavam dificuldades para colocar CDB. Assim, acumularam déficit de caixa e, sem capacidade financeira, tiveram de recorrer ao Banco Central, aumentando seu endividamento junto à autoridade monetária.

O governo gaúcho, então, propôs juntar a sua dívida consolidada nos três bancos e fazer uma Operação nº 63 (repasso de recursos externos). O Ministério da Fazenda aprovou essa operação justamente até o limite da dívida. Mas, antes, a matéria foi ao Comor (Comitê de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos), porque a Resolução Nº 923 veta a realização de novas Operações Nº 63 aos Estados e municípios. No caso, houve a concessão especial porque impediria o crescimento da dívida dos bancos gaúchos junto ao Banco Central, o que implicaria aumento do déficit público.

No caso do governo do Ceará, o Ministério da Fazenda não pode atender ao pedido de antecipação do prazo de liberação de recursos em moeda estrangeira, porque o Comor nega isso sistematicamente, pois implica maior pressão sobre a base monetária (emissão primária de moeda).

Expansão dos empréstimos

O Banco Central estabeleceu para este mês o teto de 9,3% — um ponto de porcentagem abaixo da correção monetária e cambial —

Simonsen: ainda podemos crescer em 84.

Se as exportações continuarem no ritmo atual e o governo afrouxar um pouco o controle monetário, cujas metas já foram ultrapassadas, é perfeitamente viável um crescimento econômico de 2% até o fim do ano. Essa opinião é do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que voltou a defender ontem a desindexação como "o melhor caminho para a recuperação, pois desencadeia muito menos problemas do que aumentar as emissões ou liberar mais o crédito".

para a expansão dos empréstimos bancários ao setor público. No bimestre julho/agosto, as instituições financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil não poderão registrar crescimento em suas operações com o setor público superior a 18%.

A Circular 872 do Banco Central permite que as instituições financeiras e as sociedades arrendadoras compensem, no bimestre, eventuais folgas em relação ao teto de 173% que vigorou entre maio de 1983 e junho último, até por força da exclusão do controle quantitativo dos empréstimos em moeda estrangeira, dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e do Banco Nacional da Habitação.

A política econômica

O secretário especial de Assuntos Econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), Akihiro Ikeda, defendeu ontem a estratégia de política econômica em vigor no País para combater a atual crise.

Em palestra no simpósio sobre fertilizantes na agricultura, que termina hoje em Brasília, Ikeda analisou os dois pontos básicos dessa estratégia política cambial favorecendo intensamente as exportações e o controle e redução substancial do déficit público — e explicou:

— Toda essa mudança da política econômica foi adotada fundamentalmente para se resolver o problema mais crítico que um país pode ter, que é o do balanço de pagamentos. E acredito que, quando foram implantadas as mudanças básicas da estratégia econômica brasileira, não existia outra saída. Não era possível fazer um déficit em conta corrente da ordem de 15 bilhões de dólares, o que é mais ou menos 5% do PIB. Não era possível porque ninguém mais estava disposto a financiar esse déficit.

Acrescentou que "alguns resultados dessas medidas são bastante visíveis: o principal é o superávit na balança comercial, que decorre de um esforço muito grande nas exportações, com base numa taxa de câmbio mais favorável e, além disso, numa conjuntura internacional hoje mais favorável do que há dois anos".